

Secretaria Estadual de Saúde - ESPIRITO SANTO

CNPJ: 27.080.605/0001-96

Rua Maria Judith Tovar Varejão, 255

Telefone: 3347-5630 - E-mail: planejamento@saude.es.gov.br

29050-360 - ESPIRITO SANTO - ES

RELATÓRIO DE GESTÃO - PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016

1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTADO

1.1 Secretário(a) de Saúde em Exercício

Secretário em Exercício

Nome: RICARDO DE OLIVEIRA

Data da Posse: 01/01/2015

Secretário de Saúde Referente ao Ano do Relatório de Gestão

Nome: RICARDO DE OLIVEIRA

Data da Posse: 01/01/2015

A Secretaria de Saúde teve mais de um gestor no período a que se refere a RAG?

Não

1.2 Informações do Fundo Estadual de Saúde

Instrumento legal de criação do FES

Tipo Lei - 4873

CNPJ

06.893.466/0001-40 - Fundo de Saúde

Data

10/01/1994

O Gestor do Fundo é o Secretário da Saúde?

Sim

Gestor do FES

RICARDO DE OLIVEIRA

Cargo do Gestor do FES

Secretário de Saúde

1.3 Informações do Conselho de Saúde

Instrumento legal de criação do CES

Tipo Lei - 4317

Nome do Presidente do CES

RICARDO DE OLIVEIRA

Data

04/01/1990

Segmento

gestor

Data da última eleição do Conselho

07/07/2016

Telefone

36368279

E-mail

ces@saude.es.gov.br

1.4 Conferência de Saúde

Data da última Conferência de Saúde

10/2015

1.5 Plano de Saúde

A Secretaria tem Plano de Saúde?

Sim

A Secretaria de Saúde tem Plano de Saúde referente ao período de 2016 a 2019?

Sim

Situação

Aprovado

Aprovação no Conselho de Saúde

Resolução nº 969 Em 29/09/2016

ARQUIVOS ANEXOS

Documento

Diretrizes PES_2016 doc.doc

RESOLUÇÃO Nº.969_2016doc.doc

A Secretaria de Saúde tem programação anual de saúde referente ao ano de 2016?

Sim

Situação

Aprovado

Aprovação no Conselho de Saúde

Resolução nº 936 Em 18/02/2016

ARQUIVOS ANEXOS

Documento

Programação+Anual+Saúde+2016.pdf

RES+CES+936-2016.pdf

A Secretaria de Saúde tem programação anual de saúde referente ao ano de 2017?	Sim
Situação	Em Análise
Aprovação no Conselho de Saúde	Em

ARQUIVOS ANEXOS

Documento

PAS 2017 versão preliminar.doc

1.6 Plano de Carreira, Cargos e Salários

O estado possui Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS)? Sim

O estado possui Comissão de elaboração do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS)?

1.7 Informações sobre Regionalização

Regiões de Saúde Existentes no Estado: 4

1.8 Introdução - Considerações Iniciais

O processo de consolidação do SUS enfrenta desafios extremamente complexos, pela tendência centralizadora das políticas públicas, pelo subfinanciamento e também pela dificuldade de consolidar um modelo de atenção à saúde sustentado nas reais necessidades de promover a saúde da população.

A SESA-ES, diante deste cenário tem buscado fortalecer os instrumentos de gestão do SUS, tendo o planejamento como uma importante ferramenta de gestão para superação desses desafios e garantir a provisão de serviços e produção da saúde. Um dos caminhos definidos para avançar na consolidação do sistema foi a indução à organização dos espaços regionais de saúde.

Para alcançar esses resultados, a gestão estadual organizou seu processo de planejamento estratégico a partir das diretrizes: Organizar o sistema de serviços em uma Rede de Atenção Estadual de Saúde; Implementar uma política de gestão estratégica e inovadora com foco em resultados para o usuário; Gestão, formação e desenvolvimento dos profissionais da saúde; Ampliar participação social com vistas ao aprimoramento do SUS e a consolidação das políticas de promoção de equidade em saúde.

Estas se expressam em dois grandes eixos: Organização da atenção à saúde em redes regionais resolutivas; a qualificação da gestão, com foco na construção e fortalecimento da governança regional;

A organização da atenção à saúde tem como sua principal expressão a implantação da REDE CUIDAR, com a abertura dos centros regionais de especialidades nos municípios de N. Venécia, Linhares, Santa Teresa, Domingos Martins e Guaçuí (gestão e financiamento compartilhados entre SESA e municípios) e a Planificação da Atenção à Saúde com base no Modelo de Atenção às Condições Crônicas (MACC) objetivando reduzir o envio de pacientes para os prontos-socorros e as internações por causas sensíveis à APS.

A qualificação da gestão implica num movimento crescente e contínuo de fortalecimento da governança regional, cuja principal agenda é a de Planejamento e Programação Regional, sustentado na metodologia da PGASS.

Outras ações vem dando concretude a ampliação da capacidade assistencial como o Hospital Geral de Cariacica, que prevê a abertura de 400 leitos. Foi realizada a transferência do pronto-socorro do HE São Lucas para o Forte São João. Com isso, o número de leitos passou de 109 para 210, voltados totalmente para U/E.

Na atenção materno-infantil, foi transferido o serviço de terapia neonatal do HE Dório Silva para o HIMABA ampliando o número de leitos de UTI Neonatal. O HIMABA se estruturou também como referência para o atendimento das crianças com diagnóstico de microcefalia ou filhos de mães com suspeita de infecção pelo Zika vírus durante a gravidez. Iniciamos o repasse de recursos para reforma e ampliação da Maternidade São Mateus (Região Norte) referência de alto risco e para a construção de um novo hospital materno-infantil em Cachoeiro (Região Sul).

No HEVV houve a abertura de 42 leitos cirúrgicos e um centro cirúrgico para ortopedia, passando a ser referência em cirurgia ortopédica de mão no Estado. A unidade tem capacidade para realizar até 8 mil cirurgias ortopédicas/ano.

Com a Unidade de Oftalmologia no CRE Metropolitano, ampliamos o acesso à assistência ambulatorial em oftalmologia com capacidade de ofertar 25.344 consultas e 26.748 exames/ano.

Mantivemos um índice de 92% de cobertura de medicamentos especializados, um dos melhores do Brasil, de janeiro a setembro realizamos 741.250 mil atendimentos. Investimos também na prevenção de doenças que podem ser evitadas com a adoção de hábitos de vida saudável. O Movimento 21 dias foi organizado com o objetivo de estimular o cidadão a iniciar uma mudança de hábitos de forma fácil e divertida.

Avançamos também no ranking nacional de doação de órgãos por milhão de população (pmp), passando da 13ª para a 9ª posição no segundo semestre de 2016. De janeiro a setembro, alcançamos a marca de 11,5 doações efetivas.

2. DEMOGRAFIA E DADOS DE MORBI-MORTALIDADE

2.1. POPULAÇÃO ESTIMADA DO ANO 2016

3.973.697

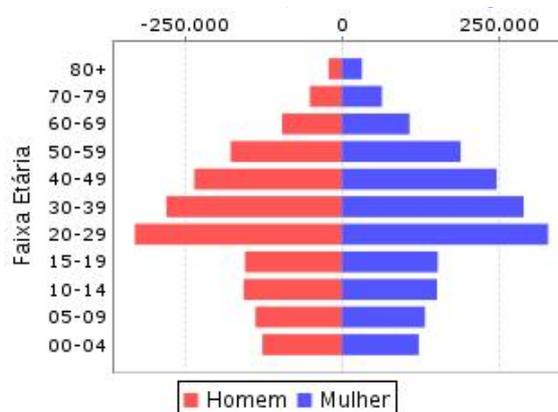
População do último Censo (ano 2012)	Qte	%
Total	3.578.067	100,00%

População do último Censo (ano 2010)	Qte	%
Branca	1.481.678	48,84%
Preta	293.334	7,38%
Amarela	21.956	0,55%
Parda	1.708.796	43,00%
Indígena	9.160	0,23%
Sem declaração	28	0,00%



2.1.1. POPULAÇÃO - SEXO E FAIXA ETÁRIA

Faixas Etárias	Homem	Mulher	Total
00-04	126.430	122.514	248.944
05-09	137.481	132.248	269.729
10-14	156.252	151.524	307.776
15-19	154.200	152.766	306.966
20-29	329.476	328.270	657.746
30-39	279.313	289.348	568.661
40-49	234.864	246.463	481.327
50-59	177.026	189.123	366.149
60-69	95.133	107.739	202.872
70-79	50.944	63.842	114.786
80+	21.149	31.962	53.111
Total	1.762.268	1.815.799	3.578.067



Análise e considerações do Gestor sobre Dados Demográficos

Segundo dados disponíveis pelo DATASUS, a população estimada para o Espírito Santo em 2015 era de 3.929.911 habitantes, com mais de 55% localizada na Região de Saúde Metropolitana.

Com base na PNAD 2014, percebe-se a ocorrência de uma transformação da *estrutura etária populacional*, distanciando-se um pouco da forma piramidal tradicional em decorrência do gradual envelhecimento da população e sugere que estamos apresentando, principalmente, uma redução dos níveis de fecundidade e um aumento da expectativa de vida. Quanto à taxa *defecundidade*, houve um decréscimo entre os anos 2000 e 2011, indicando uma queda no número médio de filhos nascidos vivos tidos por uma mulher. Em 2000, cada mulher tinha em média 2,08 filhos ao final de seu período reprodutivo, em 2011 essa média ficou em 1,66. No que diz respeito à *esperança de vida* da população (RIPSA, 2012), esta registrou aumento de 10,24% em 20 anos, indo de 69,63 para 76,76 anos entre 1992 e 2012.

A razão de dependência é um dos aspectos importantes para análise da estrutura da população, pois avalia a participação relativa do grupo populacional potencialmente inativo sobre a população ativa. Com base na PNAD 2014, estudo do IJSN (2015) informa que para cada 100 pessoas em idade ativa, tínhamos 53,8 dependentes, valor abaixo do registrado para o Brasil (54,7).

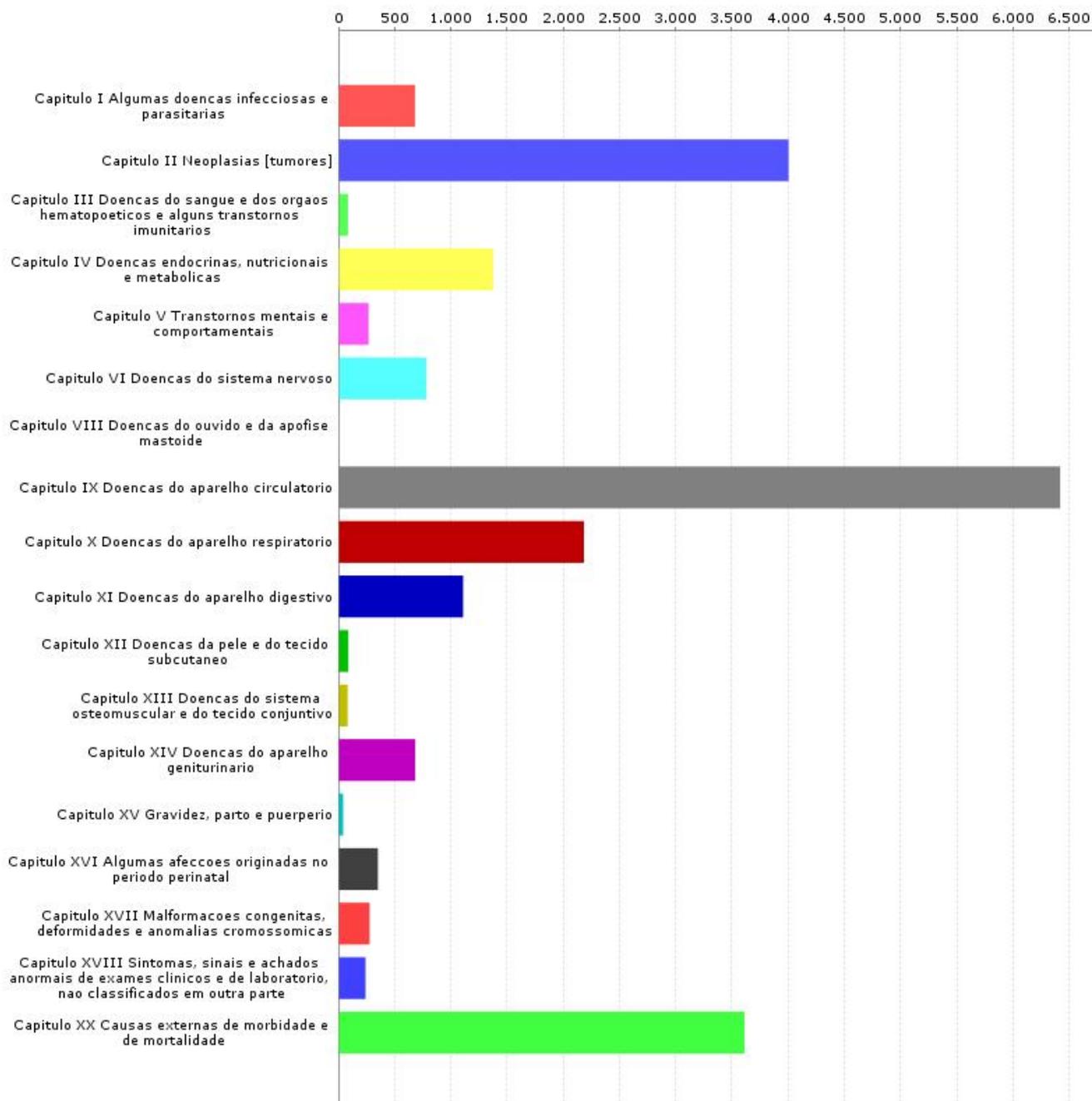
2.3 MORTALIDADE POR GRUPOS DE CAUSAS, FAIXA ETÁRIA E POR RESIDÊNCIA (Fonte: Portal DATASUS Tabnet/SIM - 2015)

Última atualização: 30/03/2017 13:25:19

Internações por Capítulo CID-10	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79
Capítulo I Algumas doenças infecciosas e parasitárias	17	9	5	3	5	44	99	91	116	97	87
Capítulo II Neoplasias [tumores]	6	10	15	14	12	37	132	315	791	915	961
Capítulo III Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	1	3	2	3	2	2	9	4	12	8	16
Capítulo IV Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	2	4	2	2	3	7	30	75	162	289	357
Capítulo V Transtornos mentais e comportamentais	0	0	1	0	1	4	33	48	74	45	15
Capítulo VI Doenças do sistema nervoso	7	11	6	12	10	22	16	24	40	59	133
Capítulo VIII Doenças do ouvido e da apófise mastoide	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Capítulo IX Doenças do aparelho circulatório	1	6	2	4	14	47	127	342	825	1.206	1.513
Capítulo X Doenças do aparelho respiratório	25	15	5	6	8	16	42	69	152	269	490
Capítulo XI Doenças do aparelho digestivo	5	1	1	0	3	16	67	126	215	222	212

Internações por Capítulo CID-10	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79
Capítulo XII Doenças da pele e do tecido subcutâneo	0	2	0	1	0	1	4	5	8	9	18
Capítulo XIII Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	1	0	0	2	1	4	7	6	6	11	17
Capítulo XIV Doenças do aparelho geniturinário	0	1	1	3	3	9	19	34	59	96	141
Capítulo XV Gravidez, parto e puerperio	0	0	0	0	5	18	14	6	0	0	0
Capítulo XVI Algumas afecções originadas no período perinatal	346	1	2	1	0	1	1	0	0	0	0
Capítulo XVII Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	199	17	3	8	5	9	8	8	7	10	2
Capítulo XVIII Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	7	2	0	1	4	11	17	26	23	37	33
Capítulo XX Causas externas de morbidade e de mortalidade	32	27	12	51	443	798	652	459	371	236	201
Total	649	109	57	111	519	1.046	1.277	1.638	2.861	3.510	4.197

Internações por Capítulo CID-10	80	Idade ignorada	Total
Capítulo I Algumas doenças infecciosas e parasitárias	108	1	682
Capítulo II Neoplasias [tumores]	797	0	4.005
Capítulo III Doenças do sangue e dos órgãos hematopoiéticos e alguns transtornos imunitários	24	0	86
Capítulo IV Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	443	1	1.377
Capítulo V Transtornos mentais e comportamentais	48	0	269
Capítulo VI Doenças do sistema nervoso	442	1	783
Capítulo VIII Doenças do ouvido e da apófise mastoide	1	0	3
Capítulo IX Doenças do aparelho circulatório	2.331	2	6.420
Capítulo X Doenças do aparelho respiratório	1.088	0	2.185
Capítulo XI Doenças do aparelho digestivo	242	0	1.110
Capítulo XII Doenças da pele e do tecido subcutâneo	41	0	89
Capítulo XIII Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	28	0	83
Capítulo XIV Doenças do aparelho geniturinário	317	1	684
Capítulo XV Gravidez, parto e puerperio	0	0	43
Capítulo XVI Algumas afecções originadas no período perinatal	0	0	352
Capítulo XVII Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	2	0	278
Capítulo XVIII Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	80	1	242
Capítulo XX Causas externas de morbidade e de mortalidade	325	5	3.612
Total	6.317	12	22.303



Análise e considerações sobre Mortalidade

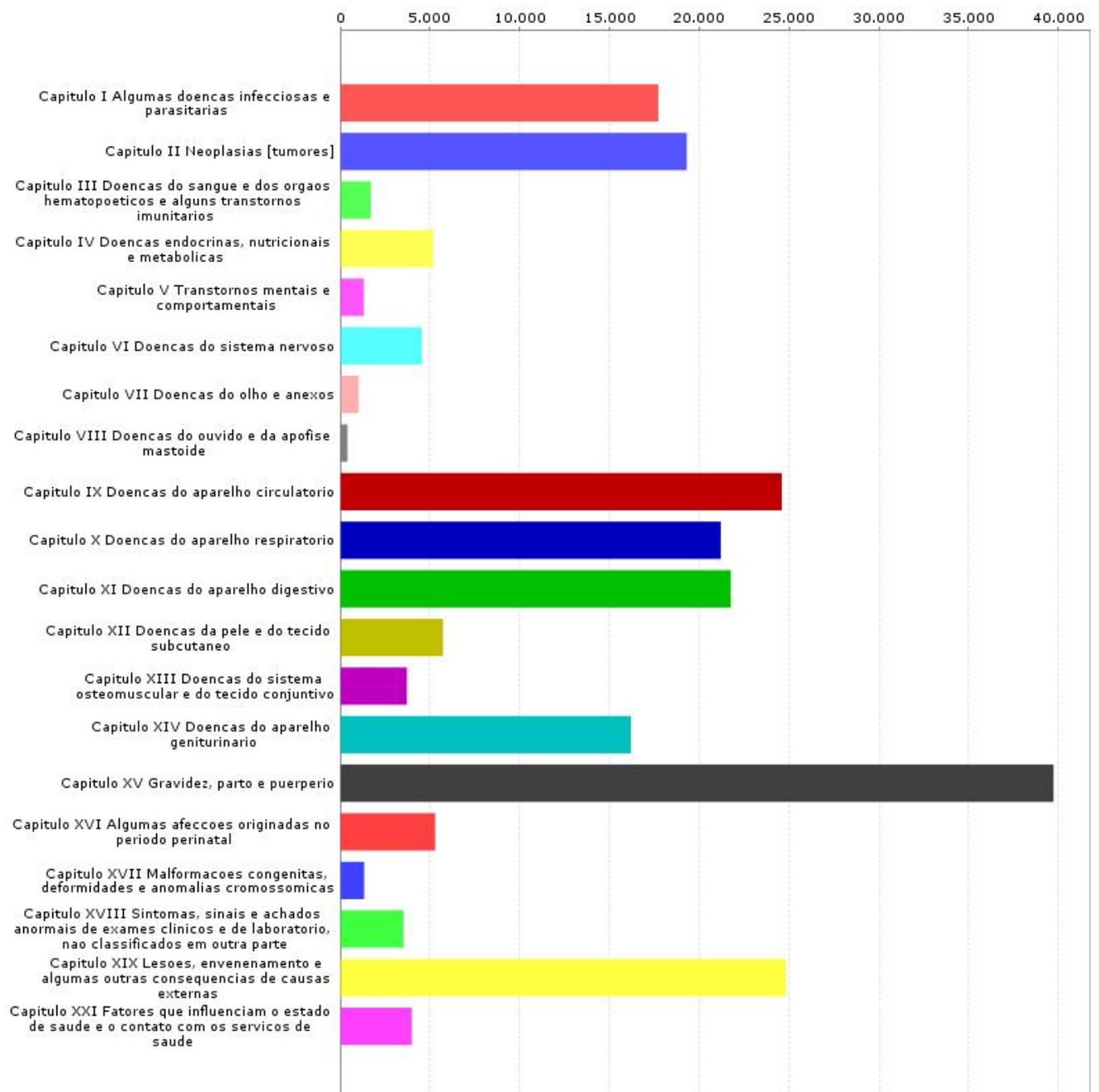
Em 2015 foram registrados 22.000 óbitos no SIM, correspondendo a um coeficiente de mortalidade geral de 5,8 óbitos por 1.000 habitantes. As doenças do aparelho circulatório permanecem como principal causa de óbito no estado, seguidas pelas neoplasias, que em 2015 passa de terceiro para o segundo lugar, alternando de posição com as mortes por causas externas. Esta alteração pode estar refletindo as políticas públicas de segurança adotadas no estado. As doenças do aparelho respiratório vêm em quarto lugar e junto com as anteriores corresponde a mais de 70% dos óbitos ocorridos no estado.

A análise da mortalidade proporcional demonstra a magnitude das doenças e agravos não transmissíveis (DANT's), ocupando os 3 primeiros lugares no total das causas de óbito ao longo do período de 1990 - 2015. Isto revela vulnerabilidade social no perfil epidemiológico da população, o que demanda mudanças no modelo de atenção e necessidade de ações intersetoriais, principalmente quando se trata de causas externas.

2.4. MORBIDADE HOSPITALAR POR GRUPOS DE CAUSAS E FAIXA ETÁRIA (Portal DATASUS Tabnet/SIH - Jan a Dez - 2016)

Internações por Capítulo CID-10	null												
	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79	80	Total
Capítulo I Algumas doenças infecciosas e parasitárias	1.816	2.594	1.294	868	699	1.290	1.331	1.529	1.808	1.717	1.488	1.290	17.724

Internações por Capítulo CID-10	Menor 1	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79	80	Total
Capítulo II Neoplasias (tumores)	35	213	157	177	229	860	1.507	3.178	4.278	4.526	2.794	1.350	19.304
Capítulo III Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	62	114	94	91	109	150	175	179	189	169	197	187	1.716
Capítulo IV Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	154	182	114	130	98	286	497	695	868	853	717	609	5.203
Capítulo V Transtornos mentais e comportamentais	1	10	14	17	54	240	352	327	209	87	14	7	1.332
Capítulo VI Doenças do sistema nervoso	118	184	115	121	127	333	454	735	966	707	423	272	4.555
Capítulo VII Doenças do olho e anexos	19	16	19	24	30	53	66	106	215	243	185	62	1.038
Capítulo VIII Doenças do ouvido e da apófise mastoide	37	81	63	45	30	26	29	40	31	19	9	3	413
Capítulo IX Doenças do aparelho circulatório	49	107	65	70	170	660	1.484	2.783	5.068	6.048	4.857	3.236	24.597
Capítulo X Doenças do aparelho respiratório	2.788	4.049	1.791	740	513	763	829	1.056	1.639	2.056	2.249	2.723	21.196
Capítulo XI Doenças do aparelho digestivo	405	814	859	691	696	2.111	3.133	3.304	3.809	3.128	1.825	985	21.760
Capítulo XII Doenças da pele e do tecido subcutâneo	225	596	365	303	311	528	557	611	753	732	454	299	5.734
Capítulo XIII Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	12	91	137	239	222	673	885	0	0	915	427	125	3.726
Capítulo XIV Doenças do aparelho geniturinário	375	722	650	520	911	1.799	2.166	2.272	2.196	1.972	1.491	1.126	16.200
Capítulo XV Gravidez, parto e puerpério	3	0	0	450	8.134	20.206	9.935	982	9	3	2	0	39.724
Capítulo XVI Algumas afecções originadas no período perinatal	5.211	6	1	3	23	34	15	4	1	0	0	1	5.299
Capítulo XVII Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	400	325	197	141	73	64	35	29	28	33	16	3	1.344
Capítulo XVIII Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	129	153	127	107	153	303	361	437	550	528	422	262	3.532
Capítulo XIX Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas	83	485	712	941	1.896	4.557	4.567	3.732	3.231	1.997	1.349	1.287	24.837
Capítulo XXI Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde	65	125	140	119	183	722	1.034	590	450	303	178	82	3.991
Total	11.987	10.867	6.914	5.797	14.661	35.658	29.412	23.756	27.754	26.036	19.097	13.909	225.848



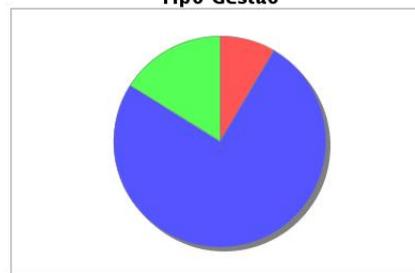
Análise e considerações sobre Mortalidade

Os agravos consequentes das causas externas configuraram a principal causa de internação em 2016 com 24.837 ocorrências, destacando no grupo as quedas e acidentes de transporte. Em seguida, tivemos as doenças do aparelho circulatório com 24.597 internações. Destas, 82% afetaram pessoas a partir de 30 anos de idade. Como terceira principal causa de internação, apareceram as doenças do aparelho digestivo (21.760), seguida pelas doenças do aparelho respiratório (21.196) e as neoplasias (19.304). Desse modo, percebemos que a situação do ES se assemelha ao conjunto do país.

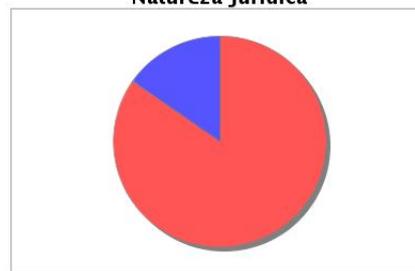
3.1 TIPO GESTÃO

Tipo de Estabelecimento	Total	Municipal	Estadual	Dupla
POSTO DE SAUDE	180	176	0	4
CENTRO DE SAUDE/UNIDADE BASICA	699	549	6	144
POLICLINICA	42	30	1	11
CONSULTORIO ISOLADO	29	27	1	1
UNIDADE MOVEL TERRESTRE	13	9	1	3
UNIDADE MOVEL DE NIVEL PRE-HOSPITALAR NA AREA DE URGENCIA	35	1	34	0
CLINICA/CENTRO DE ESPECIALIDADE	153	99	21	33
FARMACIA	24	16	7	1
UNIDADE DE APOIO DIAGNOSE E TERAPIA (SADT ISOLADO)	104	71	25	8
UNIDADE MISTA	5	3	1	1
PRONTO SOCORRO GERAL	5	4	0	1
HOSPITAL GERAL	73	39	20	14
HOSPITAL ESPECIALIZADO	10	1	7	2
UNIDADE DE VIGILANCIA EM SAUDE	63	60	0	3
CENTRAL DE REGULACAO DE SERVICOS DE SAUDE	2	1	1	0
LABORATORIO CENTRAL DE SAUDE PUBLICA LACEN	1	1	0	0
SECRETARIA DE SAUDE	70	49	4	17
CENTRO DE ATENCAO HEMOTERAPIA E OU HEMATOLOGICA	1	1	0	0
CENTRO DE ATENCAO PSICOSSOCIAL	28	20	4	4
CENTRO DE APOIO A SAUDE DA FAMILIA	9	9	0	0
UNIDADE DE ATENCAO A SAUDE INDIGENA	5	5	0	0
PRONTO ATENDIMENTO	24	15	0	9
POLO ACADEMIA DA SAUDE	16	15	0	1
CENTRAL DE REGULACAO MEDICA DAS URGENCIAS	1	0	1	0
CENTRAL DE REGULACAO	8	6	2	0
Total	1.600	1.207	136	257

Tipo Gestão



Natureza Jurídica



3.2. NATUREZA JURÍDICA (GERÊNCIA)

Tipo de Estabelecimento	Total	Municipal	Estadual	Dupla
FEDERAL	7	5	1	1
ESTADUAL	104	7	76	21
MUNICIPAL	1.250	1.031	8	211
PRIVADA	245	167	53	25
Total	1.606	1.210	138	258

Justificativa de Dupla Gestão

Quanto aos estabelecimentos sob gestão dupla, a Secretaria de Estado da Saúde do Espírito Santo está articulando com os órgãos competentes a descentralização dos recursos e demais atribuições das unidades municipais em que os municípios ainda não assumiram o "Comando Único" e ainda tem o Estado responsável pela gestão da Média e Alta Complexidade daqueles estabelecimentos.

Análise e considerações do Gestor sobre Prestadores de Serviços ao SUS

A SESA realiza permanente capacitação e orientação dos técnicos municipais quanto à correta inserção e manutenção do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde daqueles estabelecimentos sob gestão municipal, intensificando a responsabilidade dos gerentes dos estabelecimentos no processo de atualização.

AUTONOMO	
TIPO	TOTAL
CONSULTORIA	2
COOPERADO	1
INTERMEDIADO ORG DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PUBL(OSCIP)	1
INTERMEDIADO P ENTIDADE FILANTROPICA E/OU SEM FINS LUCRATIVO	364
INTERMEDIADO POR COOPERATIVA	34
INTERMEDIADO POR EMPRESA PRIVADA	118
INTERMEDIADO POR ORGANIZACAO SOCIAL(OS)	4
PESSOA FISICA	1450
PESSOA JURIDICA	766
SEM INTERMEDIACAO(RPA)	606
SEM TIPO	260
TOTAL	3606
BOLSA	
TIPO	TOTAL
BOLSISTA	304
TOTAL	304
COOPERATIVA	
TIPO	TOTAL
SEM TIPO	42
TOTAL	42
ESTAGIO	
TIPO	TOTAL
ESTAGIARIO	14
TOTAL	14
INFORMAL	
TIPO	TOTAL
CONTRATADO VERBALMENTE	21
TOTAL	22
VOLUNTARIADO	1
INTERMEDIADO	
TIPO	TOTAL
AUTONOMO	1116
CARGO COMISSONADO	6
CELETISTA	2610
CONTRATADO TEMPORARIO OU POR PRAZO/TEMPO DETERMINADO	50
COOPERADO	27
EMPREGADO PUBLICO CELETISTA	53
TOTAL	3862
OUTROS	
TIPO	TOTAL

Vínculo



BOLSA	64
CONTRATO VERBAL/INFORMAL	23
PROPRIETARIO	45
TOTAL	132
RESIDENCIA	
TIPO	TOTAL
RESIDENTE	355
SEM TIPO	78
TOTAL	433
VINCULO EMPREGATICIO	
TIPO	TOTAL
CARGO COMISSIONADO	1009
CELETISTA	6551
CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO	10494
EMPREGO PUBLICO	4335
ESTATUTARIO	15892
SEM TIPO	1677
TOTAL	39958

[Análise e Considerações Profissionais SUS](#)

A SESA realiza permanente capacitação e orientação dos técnicos municipais quanto à correta inserção e manutenção do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, intensificando o processo de atualização.

5. Programação Anual de Saúde e Pactuação da Saúde

Diretriz. Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde de qualidade, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica, especializada, ambulatorial e hospitalar, e garantindo o acesso a medicamentos no âmbito do SUS.

Objetivo Nacional: Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e especializada, ambulatorial e hospitalar.

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
1	COBERTURA DE ACOMPANHAMENTO DAS CONDICIONALIDADES DE SAÚDE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	75,00	65,46	%

Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.1	Ampliar a cobertura da rede primária de saúde	75,00	65,70	
1.2	Realização de Seminários Intersetoriais municipais	9,00	9,00	N ABSOLUTO
1.3	Realização de Seminários Intersetoriais municipais	78,00	51,00	%

2	PROPORÇÃO DE EXODONTIA EM RELAÇÃO AOS PROCEDIMENTOS	2,86	6,27	%
---	---	------	------	---

Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.1	Estabelecer fluxos para os serviços de referencia para os pacientes com necessidades	2,00	2,00	N ABSOLUTO
1.2	Realizar capacitação via telesaude, de dentistas da Rede Saúde Bucal da região metropolitana e norte do ES em parceria SESA/IOUFES/ASMUFES (Associação dos Pacientes Portadores de Doença Falciforme)	100,00	105,00	N.Absoluto

Diretriz. Aprimorar as redes de atenção e promover o cuidado integral às pessoas nos vários ciclos de vida (criança,adolescente, jovem, adulto e idoso), considerando as questões de gênero e das populações em situação de vulnerabilidade social, na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção nas regiões de saúde.

Objetivo Nacional: Aprimorar e implantar as Redes de Atenção à Saúde nas regiões de saúde, com ênfase na articulação da Rede de Urgência e Emergência, Rede Cegonha, Rede de Atenção Psicossocial, Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, e da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas.

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
3	PROPORÇÃO DE ACESSO HOSPITALAR DOS ÓBITOS POR ACIDENTE		0,00	%

Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.1	Monitoramento da implantação dos serviços pactuados no PAR da RUE nas 4 Regiões.	100,00	37,70	%

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.1	Monitoramento da implantação dos serviços pactuados no PAR da Rede de Urgente e Emergência nas 4 Regiões.	100,00	35,70	%
1.2	Atender as necessidades de complementação de leitos na Rede Pública, Filantrópica e Conveniada	100,00	100,00	%
1.2	Manter o serviço de remoção de pacientes inter hospitalar	100,00	100,00	%
1.3	Manutenção da Central de Regulação de Urgências do SAMU 192 nos 17 municípios atendidos	100,00	100,00	%
1.3	Complementação da necessidade de leitos na Rede Pública, Filantrópica e Conveniada	100,00	100,00	%
1.4	Manutenção da Central de Regulação de Urgências do SAMU 192 nos 17 municípios atendidos	100,00	100,00	%
1.4	Manutenção da Central de Regulação de Urgências do SAMU 192 nos 17 municípios atendidos	100,00	100,00	%

4 PROPORÇÃO DE ÓBITOS NAS INTERNAÇÕES POR INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO (IAM) 8,40 12,70 %

Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.1	Construção da Grade de Referência da RUE	4,00	1,00	N.Absoluto
1.2	Manutenção do Contrato de Gestão por OS que regulamenta o desempenho das ações e serviços de saúde	3,00	3,00	N.Absoluto
1.3	Contratualizar serviços de saúde de entidades sem fins lucrativos e/ou de ensino, sob gestão estadual	14,00	14,00	N.Absoluto
1.4	Manter Incentivo financeiro para complementação dos serviços de Assistência Hospitalar em UTI, UTIN, UADC, U/E, Cirurgias cardiovasculares, oncológicas, traumo-ortopédicas e Eletivas nos municípios/hospitais por meio de convênios	9,00	9,00	N.Absoluto

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
5	RAZÃO DE EXAMES CITOPATOLÓGICOS DO COLO DO ÚTERO EM MULHERES DE 25 A 64 ANOS E A POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA	0,65	0,51	RAZÃO
Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.1	Capacitação dos municípios e prestadores para alimentação do SISCAN dos exames de mamografia cito e histopatológico de mama	103,00	103,00	RAZÃO
6	RAZÃO DE EXAMES DE MAMOGRAFIA DE RASTREAMENTO REALIZADOS EM MULHERES DE 50 A 69 ANOS E POPULAÇÃO DA MESMA FAIXA ETÁRIA	0,35	0,32	RAZÃO
Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.1	Assessoria, supervisão, monitoramento de forma contínua junto as regionais, municípios, prestadores, regulação, PPI e contratualização	78,00	78,00	RAZAO
1.2	Realizar capacitação das regionais sobre a prevenção e atualização no câncer de mama com objetivo de conscientizar sobre os fatores de risco, hábitos de vida saudáveis e formas de prevenção.	4,00	4,00	RAZAO
1.3	Realizar Oficinas de Outubro Rosa em Comunidades Tradicionais parceria Atenção Especializada, APS e AFECC.	6,00	6,00	RAZAO
7	PROPORÇÃO DE PARTO NORMAL NO SUS E NA SAÚDE SUPLEMENTAR	37,00	37,62	%
Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.1	Capacitação em Manejo Clínico e Melhores Práticas de Atenção ao Parto e Nascimento	4,00	3,00	N ABSOLUTO
1.2	Implantação das ferramentas da APS de Mapa de Vinculação/ Referência e Contra- Referência das gestantes do Pré Natal nas Maternidades de Referência da Rede.	100,00	100,00	%
1.3	Realizar curso de reanimação neonatal para médicos envolvidos na sala de parto nas maternidades de referencia da rede cegonha	24,00	33,00	%
1.4	Realizar curso de reanimação neonatal para profissionais enfermeiros e técnicos de enfermagem envolvidos na sala de parto nas maternidades de referencia da rede cegonha	30,00	40,00	%
8	COBERTURA DE CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS)	0,68	0,55	/100.000
Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade

N°	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
N°	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.1	Ampliação da rede de saúde mental com a construção de CAPS no Estado.	2,00	2,00	/100.000
1.2	Realização de Grupos condutores da Rede Psicossocial para implementação de referencias regionais	4,00	4,00	N.Absoluto
1.3	Realizar I Seminário de Justiça e Saúde Mental do Espírito Santo	1,00	1,00	N.Absoluto
1.4	Regulamentar o funcionamento dos leitos em Hospitais Gerais nas Regiões de Saúde através Termo de Compromisso sobre os Leitos de Saúde Mental em Hospitais Gerais elaborado e pactuado em CIR	4,00	4,00	N.Absoluto

Objetivo Nacional: Promover o cuidado integral às pessoas nos ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso), considerando as questões de gênero, orientação sexual, raça/etnia, situações de vulnerabilidade, as especificidades e a diversidade na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção à saúde.

N°	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
10	PROPORÇÃO DE ÓBITOS MATERNOS INVESTIGADOS	100,00	95,00	%
N°	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.1	Assessorar os Comitês regionais e municipais para a qualificação da investigação do óbito de mulheres em idade fértil	100,00	100,00	%
11	PROPORÇÃO DE ÓBITOS DE MULHERES EM IDADE FÉRTIL (MIF) INVESTIGADOS	100,00	84,11	%
N°	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.1	Realizar Fóruns regionais para estudo de óbitos e qualificação dos comitês;	4,00	4,00	N.Absoluto
1.2	Realizar treinamentos do SIMWEB para novos técnicos municipais responsáveis pela investigação do óbito materno, fetal e infantil	100,00	60,00	%
1.2	Realizar treinamentos do SIMWEB para novos técnicos municipais responsáveis pela investigação do óbito materno, fetal e infantil	100,00	60,00	%
9	TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL.	10,60	11,77	/1000

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.1	Garantir o co-financiamento dos Centros de Consulta e exames especializados (Guacuí, Domingos Martins, Santa Tereza, Nova Venécia e Linhares)	5,00	5,00	/1000
1.2	Finalização da Construção de unidades de saúde da família,	10,00	3,00	/1000
1.3	Implantação das ferramentas da APS de Mapa de Vinculação/ Referência e Contra- Referência das gestantes do Pré Natal nas Maternidades de Referência da Rede.	100,00	100,00	/1000
1.4	Reestruturar as unidades neonatais com ampliação de numero de leitos de UCINco e UCINca nas maternidades da rede	2,00	0,00	/1000

12 PROPORÇÃO DE ACESSO HOSPITALAR DOS ÓBITOS POR ACIDENTE 0,00 0,00 %

Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.1	Monitoramento da implantação dos serviços pactuados no PAR da RUE nas 4 Regiões.	100,00	35,70	%
1.2	Atender as necessidades de complementação de leitos na Rede Pública, Filantrópica e Conveniada	100,00	100,00	%
1.3	Manutenção da Central de Regulação de Urgências do SAMU 192 nos 17 municípios atendidos	100,00	100,00	%

Diretriz. Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.

Objetivo Nacional: Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população, considerando os determinantes sociais, por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
12	NÚMERO DE CASOS NOVOS DE SÍFILIS CONGÊNITA EM MENORES DE UM ANO DE IDADE	510,00	673,00	N.Absoluto

Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.1	Campanha Estadual de Combate à Sífilis e Dia Nacional de Combate à Sífilis Congênita, 21 de Outubro.	78,00	31,00	N.Absoluto

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.2	Realizar em parceria com os municípios busca ativa dos casos de Sífilis Congênita identificados	100,00	100,00	N.Absoluto
1.3	Garantir o aumento do acesso aos testes rápidos e demais insumos das DSTs para os municípios (5.323.460 preservativos fornecidos em 2016)	78,00	78,00	N.Absoluto

13 TAXA DE MORTALIDADE PREMATURA (de 30 a 69 anos) PELO CONJUNTO DAS 4 PRINCIPAIS DCNT (DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATÓRIO, CÂNCER, DIABETES E DOENÇAS RESPIRATÓRIAS CRÔNICAS) 282,00 297,00 /100.000

Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.1	Planificação da atenção à saúde: Componente Atenção Primária.	9,00	5,00	/100.000
1.2	Assessorar as regionais de saúde para coordenar a organização das ações de promoção, prevenção e diagnóstico das condições e doenças crônicas nos 78 municípios.	78,00	78,00	/100.000
1.3	II Simulado Nacional de Resgate a Múltiplas Vítimas de Trauma em conjunto com outros órgãos do estado (DETRAN, SAMU, Casa Militar, Corpo de Bombeiros e outros).	1,00	1,00	N.Absoluto
1.4	Monitoramento da distribuição dos medicamentos e ações de controle do tabagismo realizadas nos municípios	78,00	78,00	N.Absoluto

14 PROPORÇÃO DE VACINAS DO CALENDÁRIO BÁSICO DE VACINAÇÃO DA CRIANÇA COM COBERTURAS VACINAIS ALCANÇADAS 83,30 47,43 %

Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.1	Capacitação de tutores regionais e municipais no protocolo de indicação de imunobiológicos especiais nas regiões de saúde	4,00	4,00	N.Absoluto
1.2	Capacitar de profissionais (médico e enfermeiro) da APS com o curso: AIDPI Neonatal, por região de saúde	60,00	30,00	N.Absoluto

15 PROPORÇÃO DE CURA DE CASOS NOVOS DE TUBERCULOSE PULMONAR COM CONFIRMAÇÃO LABORATORIAL 85,00 83,90 %

Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.1	Realizar visita de Monitoramento & Avaliação para assessoria aos municípios (Análise de prontuários, indicadores, diagnóstico laboratorial, medicamentos, referência e contra referência, notificação de casos)	78,00	78,00	%

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.2	Realizar oficinas regionais de Capacitação em SINAN NET TB (uso do Tabwin e análise de indicadores PACTO, PQAVS na nova versão 5.0 SINAN)	4,00	4,00	%
1.3	Visita de assessoria aos hospitais na Grande Vitória para qualificação do adequado manejo e vigilância hospitalar do agravo	10,00	7,00	%

16 PROPORÇÃO DE EXAME ANTI-HIV REALIZADOS ENTRE OS CASOS NOVOS DE TUBERCULOSE 85,00 83,90 %

Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.1	Implementar parceria com o sistema prisional em manejo clínico, vigilância e tratamento da Tuberculose nos municípios com implantação do protocolo	9,00	9,00	N.Absoluto
1.2	Realização de Teste Rápido de HIV pelos 78 municípios para pacientes com TB	100,00	100,00	%

17 PROPORÇÃO DE REGISTRO DE ÓBITOS COM CAUSA BÁSICA DEFINIDA 99,00 98,64 %

Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.1	Investigação dos óbitos por causa mal definida em parceria com os municípios	100,00	100,00	%
1.2	Realização de necropsias pelo SVO dos óbitos domiciliares e sem causa definida para esclarecimento de causa básica, com predominância das doenças cardiovasculares, seguido de diabetes.	3.852,00	3.852,00	RAZAO

18 PROPORÇÃO DE MUNICÍPIOS COM CASOS DE DOENÇAS OU AGRAVOS RELACIONADOS AO TRABALHO NOTIFICADOS. 100,00 97,00 %

Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.1	Realizar reuniões de planejamento conjunto, seminários e outros para ampliar, qualificar e inserir ações voltadas à Saúde do Trabalhador	4,00	4,00	%
1.2	Realizadas capacitações, Web aula no Telessaúde-ES e reuniões com profissionais da rede hospitalar, gestores da rede de Urgência e Emergência, atingindo profissionais de todo o Estado para melhoria das notificações de agravos relacionados ao trabalho.	78,00	78,00	%
1.3	Capacitar as unidades notificadoras, com foco prioritário nas unidades de urgência e emergência e nos agravos de notificação universal	4,00	4,00	%

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
19	NÚMERO DE CASOS NOVOS DE AIDS EM MENORES DE 5 ANOS	2,00	1,00	N.Absoluto

Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.1	Treinamento para profissionais das Superintendências Regionais de Saúde para atualização em DST AIDS E HV	4,00	4,00	N.Absoluto
1.1	Qualificar a rede de atendimento a gestantes com Aids - Curso Básico Vigilância Epidemiológica (CBVE) para Redução da Transmissão Vertical HIV e Sífilis	1,00	1,00	N.Absoluto
1.2	Oficinas regionais para Atualização das inovações do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis PCDT/IST	4,00	4,00	N.Absoluto
1.2	Oficinas regionais para Atualização das inovações do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis PCDT/IST	4,00	4,00	N.Absoluto
1.3	Capacitar profissionais de saúde para a realização de teste rápido objetivando a captação precoce da gestante para o início do pré-natal de qualidade; Testagem na admissão em maternidades; Testagens CTA, SAEs e em campanhas nas regiões de saúde	4,00	4,00	N.Absoluto
1.3	Adquirir fórmula nutricional para crianças verticalmente expostas ao HIV que necessitam da fórmula.	100,00	100,00	N.Absoluto
1.4	Adquirir fórmula nutricional para crianças verticalmente expostas ao HIV que necessitam da fórmula.	100,00	100,00	%

20	PROPORÇÃO DE CURA DOS CASOS NOVOS DE HANSENÍASE DIAGNOSTICADOS NOS ANOS DAS COORTES	93,00	93,10	%
----	---	-------	-------	---

Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.1	incentivar ações de detecção na população menor de 15 anos; reuniões e fóruns nos municípios	78,00	45,00	%
1.2	Realizar Campanha Nacional de Hanseníase, Geo e Tracoma, realizada em escolas públicas de ensino fundamental para crianças de 05 a 14 anos	78,00	45,00	%

21	PROPORÇÃO DE CONTATOS EXAMINADOS DE CASOS NOVOS DE HANSENÍASE	93,00	93,20	%
----	---	-------	-------	---

Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
----	------	-----------	-----------	---------

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.1	Monitoramento contínuo de Banco de dados SINAN-HANS com assessoria /visita Técnica para junto às equipes municipais	78,00	78,00	%
1.2	Assessoria Técnica junto às equipes regionais e municipais	4,00	3,00	%

23 NÚMERO ABSOLUTO DE ÓBITOS POR DENGUE 30,00 23,00 N.Absoluto

Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.1	Adquirir sistema de monitoramento inteligente do Aedes aegypti, intencionando otimizar o trabalho dos agentes e gerar informações em tempo oportuno para direcionamento das atividades de controle vetorial, tendo como benefícios eficiência na alocação dos recursos.	1,00	1,00	N.Absoluto
1.2	Formação da Força tarefa para apoio aos municípios com maior incidência de Dengue na região sul	1,00	1,00	N.Absoluto
1.3	Capacitações realizadas em parceria com as regionais de saúde e municípios em manejo clínico para profissionais de saúde em todo o estado;	78,00	78,00	N.Absoluto
1.4	Condução do grupo intersetorial semanal com representantes das regionais de saúde e municípios para realizar o monitoramento dos casos de Dengue, Zika, Chikungunya e Microcefalia.	1,00	1,00	N.Absoluto
1.5	Aquisição de Malathion 440 EW para combate ao vetor adulto considerando epidemia de ZIKA, Dengue e casos de Microcefalia para distribuição aos municípios	40.000,00	55.400,00	N.Absoluto

24 PROPORÇÃO DE IMÓVEIS VISITADOS EM PELO MENOS 4 CICLOS DE VISITAS DOMICILIARES PARA CONTROLE DA DENGUE 65,00 55,12 %

Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.1	Cadastrar os Pontos Estratégicos para ações com borrifação quinzenal (380 cadastrados)	100,00	100,00	%
1.2	Aquisição de Atomizador Costal Motorizado para a borrifação nos Pés.	97,00	97,00	%
1.3	Manutenção do Grupo -Gabinete de Monitoramento do AEDES com reuniões de avaliação semanal com participação SESA, COSEMS e Superintendências regionais para monitoramento nos 78 municípios da Dengue, Zika, Chikungunya e Microcefalia.	1,00	1,00	N.Absoluto

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
25	PROPORÇÃO DE ANÁLISES REALIZADAS EM AMOSTRAS DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO QUANTO AOS PARÂMETROS COLIFORMES TOTAIS, CLORO RESIDUAL LIVRE E TURBIDEZ	85,00	81,20	%

Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.1	Realização de Reuniões de avaliação do Programa VIGIAGUA nas Regionais de Saúde, com a participação dos representantes das Superintendências Regionais e dos Técnicos municipais	4,00	4,00	N.Absoluto
1.2	Aquisição de Calorímetros portáteis Digitais para análise de Cloro Residual Livre em campo adquiridos para entrega aos municípios	83,00	83,00	N.Absoluto
1.3	Aumento do quantitativo das análises de água dos parâmetros básicos CRL, Turbidez e Coliformes Totais, fazendo cumprir a Diretriz do Plano de Amostragem da Vigilância da Qualidade da água para Consumo Humano.	100,00	80,31	%

Objetivo Nacional: Aprimorar o marco regulatório e as ações de vigilância sanitária, para assegurar a proteção à saúde e o desenvolvimento sustentável do setor.

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
26	PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE REALIZAM NO MÍNIMO SEIS GRUPOS DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONSIDERADAS NECESSÁRIAS A TODOS OS MUNICÍPIOS.	50,00	47,34	%

Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.1	Aquisição de materiais, equipamentos para doação as visas municipais	78,00	78,00	%
1.2	Atender as solicitações de denúncias e alvarás sanitários.	100,00	100,00	%
1.3	Investigação de surtos de Doença de Transmissão Hídrica e Alimentar (DHTA) em parceria com os municípios	100,00	100,00	%

Diretriz. Fortalecer o papel do Estado na regulação do trabalho em saúde e ordenar, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores e trabalhadoras, combatendo a precarização e favorecendo a democratização das relações de trabalho. Tudo isso considerando as metas de superação das demandas do mundo do trabalho na área da saúde estabelecidas pela Década de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde, iniciada em 2013.

Objetivo Nacional: Promover, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores, a desprecarização e a democratização das relações de trabalho.

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
27	PROPORÇÃO DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO PERMANENTE IMPLEMENTADAS E/OU REALIZADAS	100,00	74,00	%

Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
----	------	-----------	-----------	---------

N°	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
N°	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.1	Realizar oficinas de Educação Permanente em Saúde com as gerências para identificação das prioridades de qualificação necessárias (nível central, superintendências e unidades de serviços).	5,00	4,00	%
1.1	Realizar oficinas de Educação Permanente em Saúde com as gerências para identificação das prioridades de qualificação necessárias. (nível central, superintendências e unidades de serviços).	5,00	4,00	N.Absoluto
1.10	Parcerias entre SESA e Escola do Serviço Público ESESP para realizar qualificação de Auxiliares e técnicos de Enfermagem em saúde do idoso.	420,00	640,00	%
1.10	Parcerias entre SESA e Escola do Serviço Público ESESP para realizar qualificação de Auxiliares e técnicos de Enfermagem em saúde do idoso.	420,00	640,00	N.Absoluto
1.10	Realizar curso de vigilância em saúde para trabalhadores dos municípios (previsão de término em 2018)	140,00	70,00	%
1.10	Implementação da rede Capixaba de Teleassistencia através de Consultorias a distância / ano para os os municípios	500,00	4.139,00	%
1.10	Implementação da rede Capixaba de Teleassistencia através de Consultorias a distância / ano para os os municípios	500,00	4.139,00	%
1.10	Realizar curso de vigilância em saúde para trabalhadores dos municípios (previsão de término em 2018)	140,00	70,00	%
1.10	Implementação da rede Capixaba de Teleassistencia através de Consultorias a distância / ano para os municípios	500,00	4.139,00	%
1.11	Parcerias entre SESA e Escola do Serviço Público ESESP para realizar qualificação de Auxiliares e técnicos de Enfermagem em saúde do idoso.	420,00	640,00	%
1.12	Realizar curso de vigilância em saúde para trabalhadores dos municípios (previsão de término em 2018)	140,00	70,00	%
1.2	Adesão da SESA aos cursos oferecidos pela escola de governo ESESP para servidores da SESA	1.800,00	1.763,00	N.Absoluto

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.2	Adesão da SESA aos cursos oferecidos pela escola de governo ESESP para servidores da SESA	1.800,00	1.763,00	N.Absoluto
1.3	Curso de Urgências Cardiovasculares (carga horária 8 horas) para enfermeiros de PAs e Hospitais da Rede em parceria com PROADI-SUS/HCOR	200,00	200,00	%
1.3	Curso de Urgências Cardiovasculares (carga horária 8 horas) para enfermeiros de PAs e Hospitais da Rede em parceria com PROADI-SUS/HCOR	200,00	200,00	%
1.4	Curso de Especialização em Gestão de Emergências em Saúde Pública (GESP) em parceria com PROADI-SUS/Hospital Sirio Libanês para profissionais das Secretarias municipais , SESA-GEVS-SSAROAS, IEMA, Casa Militar, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros .	20,00	20,00	N.Absoluto
1.4	Curso de Especialização em Gestão de Emergências em Saúde Pública (GESP) em parceria com PROADI-SUS/Hospital Sirio Libanês para profissionais das Secretarias municipais , SESA-GEVS-SSAROAS, IEMA, Casa Militar, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros .	20,00	20,00	%
1.5	Curso de Especialização em Gestão em Saúde para Profissionais da SESA através da ESESP/EMESCAM	40,00	40,00	%
1.5	Curso de Especialização em Gestão em Saúde para Profissionais da SESA através da ESESP/EMESCAM	40,00	40,00	N.Absoluto
1.6	Curso de Especialização em Gestão de Políticas de Saúde Informadas por Evidência em parceria PROADI-SUS/Hospital Sirio Libanês para profissionais de nível superior da SESA, Superintendências Regionais e Municípios inscritos	40,00	20,00	%
1.6	Curso de Especialização em Gestão de Políticas de Saúde Informadas por Evidência em parceria PROADI-SUS/Hospital Sirio Libanês para profissionais de nível superior da SESA, Superintendências Regionais e Municípios	40,00	20,00	N.Absoluto
1.7	Curso Gestão da Educação Permanente para Rede de Atenção às Urgências (GEPRAU) em parceria PROADI-SUS/Hospital Alemão Osvaldo Cruz para coordenadores da APS, dos SAMUS e UPAS, Defesa Civil e Corpo de Bombeiros, profissionais da regulação, entidades dedicadas a prevenção das urgências, entre outros	120,00	120,00	%
1.7	Curso de Gestão da Educação Permanente para Rede de Atenção às Urgências (GEPRAU) em parceria PROADI-SUS/Hospital Alemão Osvaldo Cruz para coordenadores da APS, dos SAMUS e UPAS, Defesa Civil e Corpo de Bombeiros, profissionais da regulação, entidades dedicadas a prevenção das urgências da região	120,00	120,00	N.Absoluto
1.8	Curso de Especialização em Micropolítica da Gestão do Trabalho em Saúde em parceria MS/UNASUS/UFF para gestores estaduais dos Hospitais, Nível Central e Superintendências Regionais e municípios cursando a especialização(término em maio de 2017)	66,00	66,00	%

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.8	Curso de Especialização em Micropolítica da Gestão do Trabalho em Saúde em parceria MS/UNASUS/UFF para gestores estaduais dos Hospitais, Nível Central e Superintendências Regionais e municípios (término em maio de 2017)	66,00	66,00	%
1.9	Curso de Especialização em Segurança do Paciente em parceria Ensp/Fiocruz para Profissionais das UPAS e SAMU da RUE (término em novembro de 2017)	60,00	60,00	%
1.9	Curso de Especialização em Segurança do Paciente em parceria Ensp/Fiocruz para Profissionais das UPAS e SAMUS da RUE cursando(término em novembro de 2017)	60,00	60,00	%

Diretriz. Aprimorar a relação federativa no SUS, fortalecendo a gestão compartilhada nas regiões de saúde e com a revisão dos instrumentos de gestão, considerando as especificidades regionais e a concertação de responsabilidades dos municípios, estados e União, visando oferecer ao cidadão o cuidado integral.

Objetivo Nacional: Aprimorar a relação interfederativa e a atuação do Ministério da Saúde como gestor federal do SUS.

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
28	PLANOS DE SAÚDE ENVIADOS AO CONSELHO DE SAÚDE	1,00	1,00	N.Absoluto

Nº	Ação	Meta 2016	Resultado	Unidade
1.1	Monitoramento e assessoria aos municípios para qualificação dos Instrumentos de Gestão	78,00	78,00	N.Absoluto
1.2	Assessoria permanente nas oficinas regionais e disponibilização de informativos aos 78 municípios	100,00	100,00	%

Diretriz. Garantir o financiamento estável e sustentável para o SUS, melhorando o padrão do gasto e qualificando o financiamento tripartite e os processos de transferência de recursos.

Objetivo Nacional: Melhorar o padrão de gasto, qualificar o financiamento tripartite e os processos de transferência de recursos, na perspectiva do financiamento estável e sustentável do SUS.

Nº	Indicador	Meta 2016	Resultado	Unidade
29	PROPORÇÃO DE ENTES COM PELO MENOS UMA ALIMENTAÇÃO POR ANO NO BANCO DE PREÇO EM SAÚDE			N.Absoluto

5.1 Execução Orçamentária

Recursos Orçamentários

Valor	R\$	Valor	R\$
-------	-----	-------	-----

Análise e Considerações

6. DEMONSTRATIVO DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS (Fonte: SIOPS)

6.1 DEMONSTRATIVO DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS (Fonte: SIOPS)

Última atualização: 28/03/2017 00:00:00

	RECEITAS (R\$)						DESPESAS (R\$)					Movimentação Financeira		
	Transferência fundo a fundo			Op. Crédito /Rend. /Outros	Recursos Próprios	Total	Dotação	Empenhada	Liquidada	Paga	Orçada	RP/Outros Pagamentos	Saldo Finan. do Exercício Anterior	Saldo Finan. do Exercício Atual
	Federal	Outros Estados	Municipal											
Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo	537.815.237,32	0,00	0,00	0,00	0,00	537.815.237,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	537.815.237,32
Atenção Básica	495.180,00	0,00	0,00	747.582,24	0,00	1.242.762,24	6.374.440,35	1.330.088,08	1.200.117,82	1.036.506,95	1.305.000,00	45.735,77	28.731,44	189.250,96
Vigilância em Saúde	13.347.442,94	0,00	0,00	4.303.801,23	3.612.633,36	21.263.877,53	23.207.946,64	15.961.038,75	15.749.451,25	13.869.834,07	16.177.000,00	4.930.359,80	9.222.862,24	11.686.545,90
Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar	537.815.237,32	0,00	3.799.178,89	14.738.526,84	819.855,15	1.376.208,09	1.432.421,26	1.414.278,43	1.390.616,06	1.274.037,64	1.193.620,40	100.943.717,79	227.218.380,86	228.445.107,88
Assistência Farmacêutica	27.504.164,73	0,00	0,00	1.045.326,20	54.456.381,49	83.005.872,42	115.168.000,70	110.167.645,20	109.435.235,40	101.012.109,46	101.003,00	2.277.805,29	4.684.142,35	-155.998,98
Bloco Investimentos na Rede de Serviços de Saúde	2.161.036,00	0,00	0,00	62.318.930,03	2.489.201,11	66.969.167,14	233.534.975,29	13.451.566,84	12.741.529,61	6.480.729,19	133.676,96	2.634.921,53	4.861.819,42	62.715.335,84
Gestão do SUS	170.500,00	0,00	0,00	0,00	73.162,06	243.662,06	6.774.547,50	799.879,89	799.411,28	774.996,64	1.600.000,00	842.125,61	1.576.131,48	202.671,29
Convênios	0,00	0,00	0,00	242.305,24	0,00	242.305,24	221.000,00	206.607,34	206.607,34	206.607,34	124.000,00	0,00	0,00	35.697,90
Núcleo Apoio Saúde Família	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAMU - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência	0,00	0,00	0,00	0,00	33.492.296,77	33.492.296,77	43.164.314,20	42.986.956,87	42.986.956,87	38.083.841,91	42.010.000,00	3.661.926,67	8.418.556,84	165.085,03
CEO- Centro Espec. Odontológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Implantação de Ações e Serviços de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	842.125,61	1.544.518,92	702.393,31
Piso de Atenção Básica Fixo (PAB Fixo)	0,00	0,00	0,00	747.582,24	0,00	747.582,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	747.582,24
Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	495.180,00	6.374.440,35	1.330.088,08	1.200.117,82	1.036.506,95	1.305.000,00	45.735,77	28.731,44	-558331,28
Saúde da Família	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agentes Comunitários de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saúde Bucal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Programas Financ. por Transf. Fundo a Fundo	495.180,00	0,00	0,00	0,00	0,00	495.180,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	495.180,00
Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo(6)	0,00	0,00	0,00	0,00	31.339,15	31.339,15	215.116,22	149.116,22	98.866,22	98.866,22	150.000,00	0,00	0,00	-67527,07
Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.884.524,40	1.140.644,52	1.136.144,52	1.136.144,52	5.937.000,00	1.437,97	5.084,94	-1132497,55
Componente Básico da Assistência Farmacêutica	0,00	0,00	0,00	0,00	14.744.516,54	14.744.516,54	10.052.430,06	10.052.430,06	10.052.430,06	9.608.289,52	12.577.000,00	839.057,15	1.591.953,75	5.889.123,62
Compensação de Especificidades Regionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fator Incentivo Atenção Básica - Povos Indígenas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Limite Financeiro da MAC Ambulatorial e Hospitalar	0,00	0,00	3.799.178,89	14.738.526,84	819.823.811,29	838.361.517,02	1.432.206.152,57	1.414.129.317,50	1.390.517.196,41	1.273.938.782,46	1.193.470,40	100.943.717,79	227.218.380,86	-309302602,37
Teto financeiro	0,00	0,00	3.799.178,89	14.738.526,84	786.331.514,52	804.869.220,25	1.389.041,83	1.371.142,36	1.347.530,23	1.235.854,90	1.151.460,40	97.281.791,12	218.703.696,88	-309563814,54
Vigilância Epidemiológica e Ambiental em Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	3.172.604,94	3.172.604,94	10.105.032,57	7.546.966,36	7.486.499,64	6.677.138,18	3.399.766,00	2.242.319,91	4.448.777,23	-1298075,92
Qualificação da Gestão do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	73.162,06	73.162,06	6.774.547,50	799.879,89	799.411,28	774.996,64	1.400.000,00	0,00	31.612,56	-670222,02
Componente Estratégico da Assistência Farmacêutica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Incentivo: Atenção Integral à Saúde do Adolescente	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CNRAC - Centro Nacional Regulação de Alta Complex.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	537.815.237,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	537.815.237,32
CEREST - Centro de Ref. em Saúde do Trabalhador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	96.127,14	96.127,14
Incentivo Atenção à Saúde - Sistema Penitenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.374.440,35	1.330.088,08	1.200.117,82	1.036.506,95	1.305.000,00	45.735,77	28.731,44	-1053511,28
Terapia Renal Substitutiva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transplantes - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Componente Medicamentos de Dispensação Excepcional	0,00	0,00	0,00	1.045.326,20	39.711.864,95	40.757.191,15	105.115.570,64	100.115.215,14	99.382.805,34	91.403.819,94	88.426.000,00	1.438.748,14	3.092.188,60	-48993188,33
Transplantes - Cornea	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CAPS - Centro de Atenção Psicossocial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transplantes - Rim	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transplantes - Fígado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transplantes - Pulmão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transplantes - Coração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Programas Financ por Transf Fundo a Fundo(6)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Programas Financiados por	13.347.442,94	0,00	0,00	4.303.801,23	440.028,42	18.091.272,59	9.218.389,67	7.273.427,87	7.126.807,99	6.056.551,37	6.840.234,00	2.686.601,92	4.769.000,07	14.117.119,37

6. DEMONSTRATIVO DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS (Fonte: SIOPS)

6.1 DEMONSTRATIVO DA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS (Fonte: SIOPS)

Última atualização: 28/03/2017 00:00:00

	RECEITAS (R\$)						DESPESAS (R\$)					Movimentação Financeira		
	Transferência fundo a fundo			Op. Crédito /Rend. /Outros	Recursos Próprios	Total	Dotação	Empenhada	Liquidada	Paga	Orçada	RP/Outros Pagamentos	Saldo Finan. do Exercício Anterior	Saldo Finan. do Exercício Atual
	Federal	Outros Estados	Municipal											
Transferências Fundo a Fundo														
Outros Programas assistência farmacêutica financiados por transferência Fundo a Fundo	27.504.164,73	0,00	0,00	0,00	0,00	27.504.164,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.504.164,73
Outros Programas de Gestão do SUS financiados por transferência Fundo a Fundo	170.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	170.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	170.500,00
Serviços de Saúde	1.271.626,16	0,00	0,00	0,00	0,00	1.271.626,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.271.626,16
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Análise Sobre a Utilização dos Recursos

Em 2016, foram aplicados R\$ 2.362.714.064,86 (dois bilhões trezentos e sessenta e dois milhões setecentos e quatorze mil e sessenta e quatro reais e sessenta e seis centavos). Deste total, 74,96% (Referente à R\$ 1.761.770.563,89, aplicado mais o valor de R\$ 9.323.693,92 de Restos a Pagar), são provenientes de recurso estadual e 24,08% R\$ 569.098.885,23) são oriundos de recurso federal e de outras fontes. Analisando a execução dos recursos por blocos de financiamento, tem-se o seguinte:

- No Bloco Atenção Básica foram executados R\$ 1.200.177,82 (um milhão e duzentos mil cento e setenta e sete reais e oitenta e dois centavos) – representando 0,05% do total das despesas.
- No Bloco Atenção de MAC Ambulatorial e Hospitalar foram executados R\$ 1.390.616.062,63 – representando 59,66% do total das despesas. Neste bloco, destaca-se a contratação de serviços de saúde complementares à rede pública (contratualização com hospitais filantrópicos, compra de leitos, prestadores de serviços ao SUS, convênios com os municípios para custeio de ações e serviços de saúde, classificação de risco, residências terapêuticas, serviço de saúde em unidades de atendimento socioeducativo, aquisição de material para cirurgia e outros; manutenção dos hospitais da rede estadual, CAPAAC e CREFES: R\$ 688,9 milhões (Estão inclusos nos Hosp. Central, Hosp. Jayme e Hosp. Urgência folha de pessoal e Investimento); operacionalização do SAMU: R\$ 46,8 milhões; manutenção dos CREs (Cachoeiro, Colatina, São Mateus e Vitória): R\$ 36,7 milhões.
- No Bloco Vigilância em Saúde foram executados R\$ 15.749.451,25 – representando 0,68% do total das despesas. Neste bloco, destaca-se a manutenção das atividades das Vigilâncias Sanitária, Epidemiológica e Ambiental: R\$ 11,8 milhões; manutenção do LACEN: R\$ 3,9 milhões.
- No Bloco Assistência Farmacêutica foram executados R\$ 109.435.235,40 – representando 4,70% do total das despesas. Neste bloco, destaca-se a aquisição, distribuição e dispensação e medicamentos excepcionais e de programas específicos.
- No Bloco Gestão do SUS foram executados R\$ 799.411,28 – representando 0,03% do total das despesas.
- No Bloco Investimentos na Rede de Serviços de Saúde foram executados R\$ 12.741.529,61 – representando 0,55% do total das despesas.
- Outros Gastos – no montante de R\$ 800.121.033,59 – 34,33% do total das despesas. Neste destaca-se a remuneração de pessoal ativo (folha de pagamento): R\$ 598,5 milhões; contribuição patronal ao fundo previdenciário: R\$ 98,8 milhões; a amortização da Dívida com o BNDES: 29,2 milhões; manutenção da Unidade Administrativa Central da Sesa: R\$ 22,7 milhões.

Observação: os valores citados na análise estão considerando a despesa na fase liquidada.

8. INDICADORES FINANCEIROS (Fonte: SIOPS)

8.1. INDICADORES FINANCEIROS (Fonte: SIOPS)

Última atualização:
28/03/2017 00:
00:00

Participação % da receita de impostos na receita total do Estado	45,45%
Participação % das transferências intergovernamentais na receita total do Estado	26,31%
Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para	13,69%
Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos	96,69%
Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da	16,71%
Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita	97,15%
Despesa total com Saúde, em R\$/hab, sob a responsabilidade do Estado, por habitante	R\$586,57
Participação % da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	29,92%
Participação % da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	0,00%
Participação % da despesa com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com	12,11%
Participação % da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	0,56%
% das transferências para a Saúde em relação à despesa total do município com saúde	25,86%
% da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC 141/2012	18,12%
Participação % da receita de impostos na receita total do Estado	45,45%
Participação % das transferências intergovernamentais na receita total do Estado	26,31%
Participação % das Transferências para a Saúde (SUS) no total de recursos transferidos para	13,69%
Participação % das Transferências da União para a Saúde no total de recursos transferidos	96,69%
Participação % das Transferências da União para a Saúde (SUS) no total de Transferências da	16,71%
Participação % da Receita de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais na Receita	97,15%
Despesa total com Saúde, em R\$/hab, sob a responsabilidade do Estado, por habitante	R\$586,57
Participação % da despesa com pessoal na despesa total com Saúde	29,92%
Participação % da despesa com medicamentos na despesa total com Saúde	0,00%
Participação % da despesa com serviços de terceiros - pessoa jurídica na despesa total com	12,11%
Participação % da despesa com investimentos na despesa total com Saúde	0,56%
% das transferências para a Saúde em relação à despesa total do município com saúde	25,86%
% da receita própria aplicada em Saúde conforme a LC 141/2012	18,12%

Análise Sobre os Indicadores Financeiros

No exercício de 2016, o percentual dos recursos próprios aplicados em ações e serviços de saúde apurado pela metodologia do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde - SIOPS foi de 18,12% – enquanto o percentual apurado pela Metodologia Resolução TCEES nº 248, de 18 de outubro de 2012 e da Portaria STN nº 553, de 22 de setembro de 2014 é de 16,87%.

9.1 - DEMONSTRATIVO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS COM SAÚDE (Fonte: SIOPS)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Dez (b)	%(b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	6.819.156.009,00	6.819.156.009,00	7.502.774.338,95	110,02
Impostos s/ Transmissão "causa mortis" e Doação - ITCD	43.790.865,00	43.790.865,00	55.054.190,32	125,72
Imposto s/ Circulação de Mercad. e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS	5.852.073.717,00	5.852.073.717,00	6.464.028.259,60	110,46
Imposto s/ Propriedade de Veículos Automotores - IPVA	192.765.773,00	192.765.773,00	235.314.701,00	122,07
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	601.600.085,00	601.600.085,00	588.048.929,37	97,75
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	48.010.203,00	48.010.203,00	66.896.563,00	139,34
Dívida Ativa dos Impostos	59.713.285,00	59.713.285,00	78.656.635,50	131,72
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	21.202.081,00	21.202.081,00	14.775.060,16	69,69
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	1.216.862.714,00	1.216.862.714,00	1.632.898.384,66	134,19
Cota-Parte FPE	997.526.382,00	997.526.382,00	1.369.327.196,55	137,27
Cota-Parte IPI-Exportação	166.030.150,00	166.030.150,00	201.220.133,11	121,19
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	53.306.182,00	53.306.182,00	62.351.055,00	116,97
Desoneração ICMS (LC 87/96)	53.306.182,00	53.306.182,00	62.351.055,00	116,97
Outras				
DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcela do ICMS Repassada aos Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcela do IPVA Repassada aos Municípios	0,00	0,00	0,00	99,66
Parcela da Cota-Parte do IPI-Exportação Repassada aos Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (IV) = I + II - III	8.036.018.723,00	8.036.018.723,00	9.135.672.723,61	113,68

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Dez (d)	%(d/c)x100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	576.829.000,00	576.829.000,00	586.564.366,04	101,69
Provenientes da União	573.322.000,00	573.322.000,00	582.765.187,15	101,65
Provenientes de Outros Estados	0,00	0,00	0,00	0,00
Provenientes de Municípios	3.507.000,00	3.507.000,00	3.799.178,89	108,33
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS				
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	576.829.000,00	576.829.000,00	586.564.366,04	101,69

9.2. DESPESAS COM SAÚDE

9.2.1. DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza de Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Jan a Dez (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% (f+g)/e
DESPESAS CORRENTES	2.204.405.148,00	2.377.397.239,73	2.294.717.984,93	31.131.623,16	97,83
Pessoal e Encargos Sociais	806.761.561,00	700.494.555,24	697.463.608,83	23.274,20	99,57
Juros e Encargos da Dívida	6.537.187,00	6.537.187,00	6.067.851,72	0,00	92,82
Outras Despesas Correntes	1.391.106.400,00	1.670.365.497,49	1.591.186.524,38	31.108.348,96	97,12

DESPESAS DE CAPITAL	241.394.393,00	258.693.627,29	36.154.419,34	710.037,23	14,25
Investimentos	216.416.741,00	233.715.975,29	12.970.875,08	710.037,23	5,85
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	24.977.652,00	24.977.652,00	23.183.544,26	0,00	92,82
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (V)	2.445.799.541,00	2.636.090.867,02	2.362.714.064,66	89,63	89,63

9.2.2.DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE, AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS			
			LIQUIDADAS Jan a Dez (h)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	%[(h+i)/V (f+g)]	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	N/A		2.955,35	0,00	0,00	
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO	N/A		0,00	0,00	0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	N/A		684.649.383,09	22.517.966,47	29,93	
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	N/A		564.247.228,52	22.283.938,61	24,82	
Recursos de Operações de Crédito	N/A		4.851.656,71	0,00	0,21	
Outros Recursos	N/A		115.550.497,86	234.027,86	4,90	
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	N/A		0,00	0,00	0,00	
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO	N/A	N/A	N/A	0,00		
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO	N/A	N/A	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (VI)		N/A	707.170.304,91	22.517.966,47	29,93	
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VII) = [V(f+g)/VI(h+i)]			""	0,00	""	N/A
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VIII%) = (VII(H+I) /			18,12			
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII(h+i) - (12 x IVb)/100]			559.263.032,92			

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2016	9.323.693,92	N/A	N/A	N/A	0,00
Inscritos em 2015	6.173.920,93	2.342.259,02	3.769.625,18	62.036,73	0,00
Inscritos em 2014	546.551,27	190.490,44	333.674,05	22.386,78	0,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	16.044.166,12	2.532.749,46	4.103.299,23	84.423,51	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24,§ 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00

Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	N/A	N/A	N/A
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DE VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 e 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Total (X)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Jan a Dez (l)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (m)	% [(l+m)/total (l+m)]x100
Atenção Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.446.678.630,00	1.699.358.315,37	1.435.058.651,69	24.801.898,58	61,79
Suporte Profilático e Terapêutico	73.723.000,00	115.268.000,70	109.451.435,40	732.409,80	4,66
Vigilância Sanitária	7.215.000,00	6.742.500,00	1.257.504,52	4.500,00	0,05
Vigilância Epidemiológica	10.850.000,00	19.454.414,24	14.891.950,66	207.037,50	0,64
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	907.432.911,00	795.267.636,71	770.212.862,00	6.095.814,51	32,86
TOTAL	2.445.899.541,00	2.636.090.867,02	2.362.714.064,66		100,00

Análise Sobre Demonstrativo Orçamentário

Para a área da saúde, verifica-se que o orçamento inicial previsto para o ano de 2016 era R\$ 2.445.899.541,00 e o total executado foi de R\$ 2.362.714.064,66. Deste total, 63,95% (R\$ 1.685.388.378,11) são provenientes de estadual e 36,05% (R\$ 949.704.488,91) são oriundos de recurso federal e de outras fontes. Conforme dados do Siops, verifica-se que no exercício de 2015 o Estado do Espírito Santo aplicou 18,12% dos recursos próprios em ações e serviços de saúde – cumprindo a determinação da Emenda Constitucional - EC nº 29/2000 e Lei Complementar nº141/2012, que estabelece o percentual mínimo 12% para os estados.

10. AUDITORIAS

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

ESPIRITO SANTO

Demandante:

null

Órgão responsável pela auditoria:

null

SISAUD/SUS:

Nº da auditoria:

null

Finalidade da auditoria:

null

Status da auditoria:

null

Unidade(s) auditada(s):

null

Recomendações

null

Encaminhamentos

null

10. AUDITORIAS

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

ESPIRITO SANTO

Demandante:

null

Órgão responsável pela auditoria:

null

SISAUD/SUS:

Nº da auditoria:

null

Finalidade da auditoria:

null

Status da auditoria:

null

Unidade(s) auditada(s):

null

Recomendações

null

Encaminhamentos

null

10. AUDITORIAS

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

ESPIRITO SANTO

Demandante:

null

Órgão responsável pela auditoria:

null

SISAUD/SUS:

Nº da auditoria:

null

Finalidade da auditoria:

null

Status da auditoria:

null

Unidade(s) auditada(s):

null

Recomendações

null

Encaminhamentos

null

10. AUDITORIAS

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

ESPIRITO SANTO

Demandante:

null

Órgão responsável pela auditoria:

null

SISAUD/SUS:

Nº da auditoria:

null

Finalidade da auditoria:

null

Status da auditoria:

null

Unidade(s) auditada(s):

null

Recomendações

null

Encaminhamentos

null

10. AUDITORIAS

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

ESPIRITO SANTO

Demandante:

null

Órgão responsável pela auditoria:

null

SISAUD/SUS:

Nº da auditoria:

null

Finalidade da auditoria:

null

Status da auditoria:

null

Unidade(s) auditada(s):

null

Recomendações

null

Encaminhamentos

null

10. AUDITORIAS

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

ESPIRITO SANTO

Demandante:

null

Órgão responsável pela auditoria:

null

SISAUD/SUS:

Nº da auditoria:

null

Finalidade da auditoria:

null

Status da auditoria:

null

Unidade(s) auditada(s):

null

Recomendações

null

Encaminhamentos

null

10. AUDITORIAS

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

ESPIRITO SANTO

Demandante:

null

Órgão responsável pela auditoria:

null

SISAUD/SUS:

Nº da auditoria:

null

Finalidade da auditoria:

null

Status da auditoria:

null

Unidade(s) auditada(s):

null

Recomendações

null

Encaminhamentos

null

10. AUDITORIAS

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

ESPIRITO SANTO

Demandante:

null

Órgão responsável pela auditoria:

null

SISAUD/SUS:

Nº da auditoria:

null

Finalidade da auditoria:

null

Status da auditoria:

null

Unidade(s) auditada(s):

null

Recomendações

null

Encaminhamentos

null

10. AUDITORIAS

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

ESPIRITO SANTO

Demandante:

null

Órgão responsável pela auditoria:

null

SISAUD/SUS:

Nº da auditoria:

null

Finalidade da auditoria:

null

Status da auditoria:

null

Unidade(s) auditada(s):

null

Recomendações

null

Encaminhamentos

null

10. AUDITORIAS

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

ESPIRITO SANTO

Demandante:

null

Órgão responsável pela auditoria:

null

SISAUD/SUS:

Nº da auditoria:

null

Finalidade da auditoria:

null

Status da auditoria:

null

Unidade(s) auditada(s):

null

Recomendações

null

Encaminhamentos

null

10. AUDITORIAS

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

ESPIRITO SANTO

Demandante:

null

Órgão responsável pela auditoria:

null

SISAUD/SUS:

Nº da auditoria:

null

Finalidade da auditoria:

null

Status da auditoria:

null

Unidade(s) auditada(s):

null

Recomendações

null

Encaminhamentos

null

10. AUDITORIAS

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

ESPIRITO SANTO

Demandante:

null

Órgão responsável pela auditoria:

null

SISAUD/SUS:

Nº da auditoria:

null

Finalidade da auditoria:

null

Status da auditoria:

null

Unidade(s) auditada(s):

null

Recomendações

null

Encaminhamentos

null

10. AUDITORIAS

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

ESPIRITO SANTO

Demandante:

null

Órgão responsável pela auditoria:

null

SISAUD/SUS:

Nº da auditoria:

null

Finalidade da auditoria:

null

Status da auditoria:

null

Unidade(s) auditada(s):

null

Recomendações

null

Encaminhamentos

null

10. AUDITORIAS

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

ESPIRITO SANTO

Demandante:

null

Órgão responsável pela auditoria:

null

SISAUD/SUS:

Sim

Nº da auditoria:

null

Finalidade da auditoria:

null

Status da auditoria:

Em Andamento

Unidade(s) auditada(s):

null

Recomendações

null

Encaminhamentos

null

10. AUDITORIAS

Auditorias realizadas ou em fase de execução? (Em andamento, Encerrada, Programada, Reprogramada ou Cancelada)

Sim

Ente Federado:

ESPIRITO SANTO

Demandante:

null

Órgão responsável pela auditoria:

null

SISAUD/SUS:

Nº da auditoria:

null

Finalidade da auditoria:

null

Status da auditoria:

null

Unidade(s) auditada(s):

null

Recomendações

null

Encaminhamentos

null

10.1. ARQUIVOS ANEXOS

Auditoria	Documento
null	SEAUD.xls.xlsx

11.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

O ano de 2016 foi marcado por uma forte recessão econômica, o Estado do ES conseguiu manter um aporte significativo de recursos financeiros para custear as políticas de saúde para o SUS-ES. Fechamos o ano com uma aplicação de 18,2% de recursos próprios – mantendo-nos entre os 05 estados com maior percentual de aplicação. Este resultado, além do compromisso da gestão estadual na alocação de recursos próprios, foi obtido com um esforço intensivo de captação de recursos de custeio junto ao MS, recompondo o teto estadual de MAC e agregando outros recursos complementares com a melhoria dos registros de dados junto ao SCNES, SIA e SIH pelos serviços próprios. Também melhoramos a captação de recursos de emendas parlamentares da bancada federal para investimentos.

Esse aporte de recursos transformou-se num conjunto de resultados sanitários que só se concretizou pela força de um planejamento estratégico consistente, pelo comprometimento dos servidores do SUS-ES com sua operacionalização e acompanhamento, além de um progressivo movimento de gestão compartilhada entre a SESA e os 78 municípios capixabas, que fez evoluir o processo de governança regional e permite que os novos gestores municipais iniciem seus mandatos em 2017 com uma agenda estratégica bem definida e sustentável.

Nosso grande desafio em 2017 será sustentar e aprofundar essa agenda de governança/gestão compartilhada e preservar o movimento de solidariedade regional que permitiu, até agora, avanços impensáveis tempos atrás, diante do momento institucional e econômico que se anunciava e pelo qual ainda passa o país.

A agenda estratégica terá a continuidade necessária, para concluir a implantação das 05 unidades da Rede CUIDAR e o movimento de Planificação da Atenção à Saúde, avançar no planejamento e programação regionais, implementar novos serviços e leitos hospitalares, fortalecendo as redes regionais de saúde.

No campo da gestão, a continuidade do processo de planejamento e programação regional com a metodologia da PGASS possibilitará a construção dos planos regionais de saúde e subsidiará a elaboração dos Planos Municipais de Saúde 2018-2021 estabelecendo um plano de investimentos para os próximos anos.

Cabe destacar alguns desafios na qualificação da gestão para os próximos anos: o fortalecimento da capacidade reguladora na gestão estadual e dos municípios (contratualização, monitoramento de contratos, gestão do acesso aos serviços de saúde eletivos e de urgência/emergência, dentre outros) e a institucionalização de mecanismos de monitoramento/avaliação do planejamento estadual e seus instrumentos formais.

O cenário epidemiológico trouxe grande necessidade de articulação no estado para as providências pertinentes ao controle das doenças infecciosas e reemergentes, com destaque para a epidemia de dengue, que o ES vem passando desde 2000. A doença tem se destacado como uma das mais importantes doenças reemergentes no mundo. A epidemia de dengue somou-se as de chikungunya e Zika, sendo registrado em 2016 no Espírito Santo 53.661 casos de dengue, com 23 óbitos confirmados e 10 em investigação, acrescidos de 2.953 casos de Zika, 265 de microcefalia e 492 casos de Chikungunya. No final de 2016 e início de 2017, até o dia 09 de fevereiro, a Sesa recebeu 130 notificações de suspeita de febre amarela. Do total de 120 casos, 25 foram confirmados para febre amarela silvestre, sendo que sete casos evoluíram para óbito – Ibatiba (03), Irupi (01), Itarana (02) e Pancas (01), quatorze receberam alta hospitalar e quatro estão internados com quadro estável. Os casos confirmados são de moradores de Ibatiba (09), Afonso Cláudio (02), Baixo Guandu (01), Brejetuba (02), Colatina (02), Conceição do Castelo (01), Itaguaçu (01), São Roque do Canaã (01), Irupi (01), Itarana (03) e Pancas (02). Em 2018, com base nas etapas executadas na PAS 2017, deveremos refazer todo o processo de programação dos recursos assistenciais nas 04 regiões

11.2. RECOMENDAÇÕES PARA A PRÓXIMA PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAÚDE E/OU REDIRECIONAMENTOS PARA O PLANO DE SAÚDE

Anexamos a PAS 2017 preliminar, visto que foi encaminhada ao CES em novembro de 2016 pela gestão estadual, para análise e aprovação. Apesar da inclusão em pauta desde então em 03 diferentes reuniões, não houve deliberação pela falta de quórum em 02 reuniões e em março/2017 um conselheiro solicitou vistas ao processo. Regimentalmente, a PAS retorna à pauta para deliberação na reunião ordinária do mês de abril/2017.

Anexamos também a Prestação de Contas do Terceiro Quadrimestre - 2016 que encontra-se programada para apresentação na Assembleia Legislativa do ES em 07 de abril/17.

11.3. ARQUIVOS ANEXOS

Documento	Tipo de Documento
Captação_2016.xlsx	Captação_2016
Prestação Contas 3º Quad 2016 completa (2) parte 2.pdf	Prestação Contas 3º Quad 2016 completa (2) parte 2
Prestação Contas 2º Quad 2016 completa-106-211.pdf	Prestação Contas 2º Quad 2016 parte 2
Prestação Contas 3º Quad 2016 completa (2) parte 1.pdf	Prestação Contas 3º Quad 2016 completa (2) parte 1
Relatório Saúde Prisional-ES 2016- parte 1.pdf	Relatório Saúde Prisional-ES 2016- parte 1
Relatório Saúde Prisional-ES 2016 parte 2.pdf	Relatório Saúde Prisional-ES 2016- parte 2
Prestação Contas 1º Quad 2016 completa-1-72.pdf	Prestação Contas 1º Quad 2016 parte 1
PAS 2017 versão preliminar.doc	Programação Anual de Saúde do período 2014

Documento	Tipo de Documento
Prestação Contas 1º Quad 2016 completa-73-150.pdf	Prestação Contas 1º Quad 2016 parte 2
Prestação Contas 2º Quad 2016 completa-1-105.pdf	Prestação Contas 2º Quad 2016 parte 1
Diretrizes PES_2016 doc.doc	Plano de Saúde do período 2014 - 2017
RESOLUÇÃO Nº.969_2016doc.doc	Resolução do Conselho de Saúde que aprova o Plano de Saúde do período de 2014 a 2017
Programação+Anual+Saúde+2016.pdf	Programação Anual de Saúde referente ao Ano do RAG
RES+CES+936-2016.pdf	Resolução do Conselho de Saúde que aprova a programação anual de saúde referente ao ano do RAG

12. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

12.1 RELATÓRIO QUADRIMESTRAL (LC 141/12)

Enviado para Assembléia Legislativa em	1º QUA	2º QUA	3º QUA
Enviado ao Conselho de Saúde em			
Enviado para Assembléia Legislativa em			

12.2. RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO (RAG)

12.2.1. INFORMAÇÕES DO GESTOR

Horário de Brasília

Enviado ao Conselho de Saúde para apreciação em	30/03/2017 14:10:23
Enviado ao Tribunal de contas a que está jurisdicionando em	
Enviado à Assembléia Legislativa em	
Reenviado ao Conselho de Saúde para reapreciação em	

12.2.2. INFORMAÇÕES DO CONSELHO DE SAÚDE

Horário de Brasília

Data de Recebimento do RAG pelo CS	30/03/2017 14:10:23
Apreciado pelo Conselho de Saúde em	
Reapreciado pelo Conselho em	
Parecer do Conselho de Saúde	
Status da Apreciação	Em Análise
Resolução da Apreciação	Data

ESPIRITO SANTO - ES, ____ de _____ de ____.